



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

**Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais**

PREGÃO ELETRÔNICO

004/2026 - SRP 004/2026

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

OBJETO

Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas para atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social cadastradas no setor de assistência social do Município, conforme demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 119.370,00 (CENTO E DEZENOVE MIL E TREZENTOS E SETENTA REAIS);

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 18/05/2026 às 08:00h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Não

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG**

**Avenida Francisco Campos, n.º 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais**

EDITAL DE LICITAÇÃO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2026**

Torna-se público que o Município de Córrego Danta/MG, por meio da Secretaria Municipal de Administração, por meio do Setor de Licitações, sediada à Avenida Francisco Campos, nº 27, Centro, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) e dos Decretos nº 860/23, 950/24 e 978/2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas para atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social cadastradas no setor de assistência social do Município, conforme demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma LICITANET (www.licitanet.com.br).

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

3.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.11. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. **Em razão da fase de habilitação suceder a fase de apresentação de propostas e lances, APENAS O LICITANTE OU OS LICITANTES MELHOR CLASSIFICADOS deverão encaminhar EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA ELETRÔNICO E EM CAMPO PRÓPRIO, no prazo DE NO MÁXIMO 02 (DUAS HORAS) contadas a partir da convocação do Pregoeiro, os documentos de habilitação elencados no ANEXO III, sob pena de inabilitação caso não o faça dentro do prazo estabelecido.**

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG**

**Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais**

4.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *Valor unitário;*

5.1.2. Marcas dos itens componentes da cesta;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.8 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 0,01 (um centavo)*.
- 6.9. O procedimento seguirá o modo de disputa aberto.
- 6.10. O envio de lances no pregão eletrônico no modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

6.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.17.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.17.5.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.17.5.2. Empresas brasileiras;

6.17.5.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.17.5.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.18.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.18.4. O pregoeiro poderá solicitar ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.18.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido para apresentação da proposta como também da documentação relativa à habilitação, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.19. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. Contiver vícios insanáveis;

7.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

7.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Anexo III, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos [da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, econômico-financeira e técnica, deverá ser inserida na plataforma APENAS pelo licitante ou licitantes melhor classificados em cada item, no prazo máximo de **02 (duas) horas**, contadas a partir da solicitação do Pregoeiro(a).

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.4. A verificação pelo pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, só será permitida a substituição ou exclusão dos documentos, até a data e horário agendados para o início da sessão:

8.6. Havendo a necessidade de complementação de Documentação Habilitatória, será admitido tal procedimento nas seguintes hipóteses:

8.6.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.6.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.7. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.8. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.9. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.10. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.11. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.12. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

8.13. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

8.14. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

8.15. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

8.16. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

8.17. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

8.18. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9. DOS RECURSOS

1.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

1.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

1.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

1.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

1.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

1.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

1.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

1.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

1.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

1.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

1.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

1.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

1.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.licitanet.com.br e www.corregodanta.mg.gov.br.

2. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

2.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

- 2.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 2.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 2.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 2.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 2.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 2.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
 - 2.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 2.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 2.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 2.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 2.1.5. Fraudar a licitação
- 2.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 2.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 2.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 2.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 2.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 2.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 2.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 2.2.1. Advertência;
 - 2.2.2. Multa;
 - 2.2.3. Impedimento de licitar e contratar e
 - 2.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 2.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 2.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 2.3.2. As peculiaridades do caso concreto
 - 2.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 2.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 2.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 2.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 2.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.
 - 2.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.
- 2.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

- 2.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 2.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 2.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 2.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 2.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 2.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 2.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 2.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 2.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 3.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 3.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica LICITANTE, no seguinte endereço: www.licitanet.com.br.
- 3.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 3.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

3.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.6. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

3.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

3.8. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

3.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

3.10. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

3.11. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

3.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

3.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

3.14. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

3.15. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônicos: www.licitanet.com.br e www.corregodanta.mg.gov.br.

3.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

3.16.1. ANEXO I – Termo de Referência

3.16.2. ANEXO II – Apêndice Estudo Técnico Preliminar

3.16.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

3.16.4. ANEXO IV - Documentação Exigida para Habilitação.

3.16.5. ANEXO V- Modelo de Proposta Comercial Final.

Córrego Danta/MG, 30 de abril de 2026.

Ednei Martins de Matos
Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG**

**Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2.026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2.026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2.026**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

1. DO OBJETO:

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas, destinadas ao atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social cadastradas junto à Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Córrego Danta/MG.

1.2. A contratação será realizada em conformidade com as especificações técnicas, condições de fornecimento, quantitativos estimados e demais cláusulas constantes deste Termo de Referência, bem como do respectivo edital e da futura Ata de Registro de Preços, observada integralmente a legislação vigente aplicável às contratações públicas.

1.3. A presente contratação encontra amparo na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no art. 18 (planejamento da contratação), no art. 6º, inciso XIII (conceito de bem comum) e nas disposições relativas ao Sistema de Registro de Preços, devendo ser observadas todas as normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie.

1.4. Considerando que o objeto encontra-se previamente definido e detalhadamente especificado neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar, a futura contratada não poderá alegar, sob qualquer hipótese, desconhecimento das características dos produtos, das condições de fornecimento ou das obrigações assumidas, não sendo admitidas alegações posteriores que visem afastar, restringir ou modificar a execução contratual.

1.5. O objeto da presente contratação é classificado como bem comum, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, usuais no mercado e passíveis de especificação clara e objetiva, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.6. A contratação visa atender necessidades essenciais da política pública de assistência social, especialmente no que se refere à garantia da segurança alimentar de famílias em situação de vulnerabilidade, observando critérios de necessidade, continuidade do serviço público, economicidade e interesse público.

1.7. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração.

1.8. Os contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes da Ata de Registro de Preços disciplinarão de forma detalhada as regras relativas à execução, fiscalização, prazos, condições de fornecimento, garantias, sanções, responsabilidades e demais condições contratuais.

1.9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO (art. 6º, XXIII, “h” da Lei n. 14.133/2021)

1.10. A contratação será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021, considerando tratar-se de fornecimento de bem comum, com especificações usuais de mercado e possibilidade de julgamento objetivo.

1.11. O critério de julgamento será o de menor preço por item, observadas as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, assegurando-se a ampla competitividade entre fornecedores especializados no fornecimento de gêneros alimentícios.

1.12. A escolha do critério de menor preço por item visa ampliar a competitividade, permitir a participação de maior número de fornecedores e garantir a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência, isonomia e interesse público.

1.13. A habilitação dos licitantes observará as exigências relativas à regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira, bem como à qualificação técnica, incluindo comprovação de aptidão para o

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG**

**Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais**

fornecimento de gêneros alimentícios, atendimento às normas sanitárias vigentes e, quando aplicável, registro ou autorização junto aos órgãos de vigilância sanitária competentes.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021)

2.1. A fundamentação e a descrição da necessidade da presente contratação encontram-se devidamente registradas e pormenorizadas no item correspondente do Estudo Técnico Preliminar – ETP, anexo a este Termo de Referência, o qual evidencia a demanda administrativa e assistencial da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Córrego Danta/MG quanto à necessidade de fornecimento contínuo de cestas básicas destinadas ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social regularmente cadastradas nos programas sociais do Município.

2.2. A contratação justifica-se em razão da essencialidade da política pública de assistência social, especialmente no que se refere à garantia da segurança alimentar e nutricional, sendo imprescindível assegurar o fornecimento regular e adequado de gêneros alimentícios básicos às famílias em situação de risco social, contribuindo para a prevenção da fome, a promoção da dignidade humana e a redução das desigualdades sociais.

2.3. O Estudo Técnico Preliminar integra o presente Termo de Referência para todos os fins legais, constituindo-se como base técnica, administrativa e jurídica para a presente contratação, em conformidade com o planejamento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto à obrigatoriedade de planejamento prévio das contratações públicas.

2.4. A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela necessidade de aquisições frequentes e parceladas, conforme a demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social, permitindo maior eficiência na gestão dos recursos públicos, evitando desperdícios e garantindo a continuidade das ações assistenciais do Município.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c') e REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

3.1. A presente contratação consiste no Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas, destinadas ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Córrego Danta/MG.

3.2. A solução proposta contempla:

- a) o fornecimento parcelado de cestas básicas, conforme a demanda da Administração;
- b) a composição das cestas com gêneros alimentícios essenciais, previamente definidos neste Termo de Referência;
- c) a entrega dos produtos devidamente acondicionados, garantindo a integridade, qualidade e segurança alimentar;
- d) a substituição imediata de itens ou cestas que apresentem desconformidade, garantindo a continuidade do atendimento às famílias beneficiárias.

3.3. Considerando o ciclo de vida do objeto, a solução abrange todas as fases relevantes, quais sejam:

- a) aquisição, produção e controle de qualidade dos gêneros alimentícios pelos fornecedores;
- b) armazenamento adequado dos produtos, observando condições de higiene, temperatura e validade;
- c) transporte seguro até o local de entrega indicado pela Administração;
- d) entrega e conferência das cestas básicas pelo setor responsável;
- e) substituição de itens inadequados e destinação adequada de produtos impróprios para consumo, observadas as normas sanitárias e ambientais aplicáveis.

3.4. Os requisitos da contratação incluem:

- a) fornecimento de gêneros alimentícios dentro do prazo de validade e em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas;
- b) observância das normas sanitárias vigentes, especialmente aquelas aplicáveis à manipulação, armazenamento e transporte de alimentos;
- c) garantia de qualidade, integridade e acondicionamento adequado dos produtos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

d) apresentação de documentação que comprove a regularidade junto aos órgãos de vigilância sanitária, quando aplicável;

e) substituição imediata de produtos que apresentem avarias, deterioração, prazo de validade inadequado ou qualquer desconformidade com o especificado.

3.5. A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada em razão da variabilidade da demanda por cestas básicas ao longo do período, possibilitando aquisições parceladas conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, garantindo maior flexibilidade, eficiência administrativa e economicidade para a Administração Pública.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Subcontratação

4.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto principal, devendo a empresa contratada ser integralmente responsável pelo fornecimento das cestas básicas, incluindo aquisição, acondicionamento, transporte e entrega dos produtos, nos termos deste Termo de Referência e da futura Ata de Registro de Preços.

4.1.2. Eventuais atividades acessórias, tais como logística de transporte e armazenamento, estarão compreendidas na responsabilidade exclusiva da contratada, não afastando nem compartilhando sua responsabilidade pelo fiel cumprimento do objeto contratual.

4.2. Requisitos Técnicos e Sanitários

4.2.1. Os gêneros alimentícios que compõem as cestas básicas deverão atender rigorosamente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, sendo de boa qualidade, próprios para consumo humano e dentro dos prazos de validade.

4.2.2. A empresa deverá observar integralmente as normas sanitárias vigentes, especialmente aquelas relacionadas à manipulação, armazenamento, transporte e comercialização de alimentos, devendo comprovar regularidade junto aos órgãos competentes, quando aplicável.

4.2.3. Os produtos deverão ser entregues em embalagens adequadas, íntegras, lacradas e sem sinais de violação, garantindo a segurança alimentar e a conservação dos itens.

4.2.4. Não serão aceitos produtos com prazo de validade reduzido, avariados, deteriorados ou em desacordo com as especificações estabelecidas, devendo a contratada providenciar a substituição imediata.

4.3. Requisitos de Entrega e Metodologia de Fornecimento

4.3.1. O fornecimento das cestas básicas será realizado de forma parcelada, conforme demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social, mediante emissão de Ordem de Fornecimento.

4.3.2. A entrega deverá ocorrer no local indicado, dentro do prazo.

4.3.2.1. O prazo para entrega será de até 10 (dez) dias úteis após a emissão da Ordem de Fornecimento, podendo a entrega ser realizada de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social.

4.3.2.1. Local e Horário da Entrega: A entrega deverá ocorrer na sede do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), localizado na Rua A, nº 20, Bairro Rosário – Córrego Danta/MG, durante o expediente comercial, nos seguintes horários:

a) Manhã: das 07h00 às 11h00

b) Tarde: das 13h00 às 16h00

4.3.3. As cestas básicas deverão ser entregues devidamente montadas ou, quando previamente autorizado, com os itens separados, conforme orientação da Administração.

4.3.4. O recebimento provisório e definitivo ficará condicionado à verificação da conformidade dos produtos com as especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência e no edital.

4.4. Garantia da Contratação

4.4.1. Não será exigida garantia contratual adicional, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando tratar-se de fornecimento de bem comum, com riscos ordinários e ampla disponibilidade no mercado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

4.5. Fundamentação da Modalidade Adotada

4.5.1. A adoção da modalidade Pregão Eletrônico, com utilização do Sistema de Registro de Preços, mostra-se adequada e juridicamente fundamentada para a presente contratação.

4.5.2. O objeto enquadra-se como bem comum, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

4.5.3. Nos termos do art. 28, inciso I, da referida Lei, o pregão é a modalidade destinada à aquisição de bens e serviços comuns, sendo obrigatória a utilização da forma eletrônica, conforme dispõe o art. 17, §2º.

4.5.4. A utilização do Sistema de Registro de Preços encontra respaldo no art. 82 da Lei nº 14.133/2021, sendo especialmente indicada quando houver necessidade de contratações frequentes e parceladas, como ocorre no presente caso, em razão da variação da demanda por cestas básicas ao longo do exercício.

4.5.5. O objeto possui ampla oferta no mercado, não se verificando inviabilidade de competição, tampouco hipótese de dispensa por valor ou inexigibilidade, conforme arts. 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021.

4.5.6. Dessa forma, a escolha do Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços revela-se juridicamente adequada, tecnicamente compatível e economicamente vantajosa, em observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e interesse público.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021).

5.1. A execução contratual consistirá no fornecimento parcelado de cestas básicas, conforme demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações técnicas, condições de fornecimento e demais cláusulas estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e na futura Ata de Registro de Preços.

5.2. O fornecimento das cestas básicas será realizado de forma contínua e sob demanda, mediante emissão de Ordem de Fornecimento ou Nota de Autorização de Fornecimento – NAF, expedida pela Administração Municipal.

5.3. A entrega deverá ocorrer nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, podendo compreender o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ou outro local designado pela Administração, correndo por conta da contratada todos os custos relativos à aquisição dos produtos, montagem das cestas (quando aplicável), acondicionamento, transporte, seguros, tributos, encargos e demais despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto.

5.4. As cestas básicas deverão ser entregues devidamente organizadas e acondicionadas, conforme padrão definido pela Administração, contendo todos os itens especificados e em conformidade com os requisitos de qualidade e validade estabelecidos.

5.5. O objeto será recebido provisoriamente, para efeito de verificação da conformidade com as especificações técnicas, e definitivamente, após a constatação do atendimento integral às exigências contratuais, nos termos dos arts. 140 e 141 da Lei nº 14.133/2021.

5.6. Caso os produtos fornecidos apresentem desconformidade, vícios de qualidade, prazo de validade inadequado, avarias ou qualquer irregularidade, a contratada deverá proceder à substituição imediata, sem ônus adicional para a Administração, no prazo estabelecido pela fiscalização contratual.

5.7. A contratada deverá manter regularidade no fornecimento, garantindo capacidade logística e operacional suficiente para atender às demandas da Administração, inclusive em situações emergenciais devidamente justificadas.

5.8. O descumprimento dos prazos ou das condições de execução sujeitará a contratada às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital, na Ata de Registro de Preços e no contrato ou instrumento equivalente.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A Ata de Registro de Preços e os contratos dela decorrentes deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, nos termos do art. 115 do referido diploma legal.

6.2. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Administração, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao fornecimento das



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

cestas básicas, determinando o que for necessário à regularização de falhas, vícios ou desconformidades observadas.

6.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução contratual por fato devidamente justificado, o cronograma de fornecimento poderá ser ajustado mediante termo aditivo ou apostilamento, quando cabível, observada a legislação vigente.

6.4. O Município não efetuará pagamento por quaisquer despesas que não estejam expressamente autorizadas ou que não guardem relação direta com o objeto contratado.

6.5. Após a formalização da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, a Administração poderá convocar a contratada para reunião inicial, com a finalidade de alinhar procedimentos operacionais, prazos de entrega, fluxo de solicitações, padrão de montagem das cestas, critérios de qualidade, diretrizes de fiscalização e demais condições necessárias ao adequado cumprimento do objeto.

6.6. A gestão do contrato deverá observar os princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público, garantindo o adequado atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social.

6.7. Fiscalização Técnica

6.7.1. A fiscalização técnica do contrato será exercida por servidor(a) formalmente designado(a) pela Administração, competindo-lhe acompanhar a execução contratual, a fim de assegurar o cumprimento integral das condições pactuadas e a obtenção dos melhores resultados para o interesse público, nos termos da legislação vigente.

6.7.2. O fiscal técnico registrará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, incluindo atrasos na entrega, qualidade dos produtos, validade dos alimentos, integridade das embalagens e conformidade das cestas com as especificações estabelecidas.

6.7.3. Identificada qualquer irregularidade, desconformidade ou inadequação no fornecimento, o fiscal técnico emitirá notificação formal à contratada, fixando prazo para a devida correção ou substituição dos produtos.

6.7.4. Sempre que a situação demandar decisão ou providência que extrapole sua competência, o fiscal técnico comunicará o fato ao gestor do contrato, em tempo hábil, para adoção das medidas cabíveis.

6.7.5. No caso de ocorrências que possam comprometer o cumprimento dos prazos contratuais ou a qualidade do fornecimento, o fiscal técnico comunicará imediatamente o gestor do contrato para avaliação e deliberação.

6.7.6. A fiscalização deverá verificar, no ato do recebimento, a conformidade quantitativa e qualitativa das cestas básicas, podendo recusar total ou parcialmente o objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.8. Fiscalização Administrativa

6.8.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, a liquidação e o pagamento das despesas, bem como eventuais glosas, apostilamentos e termos aditivos, solicitando, quando necessário, documentos comprobatórios pertinentes, nos termos do art. 23, incisos I e II, do Decreto nº 11.246/2022.

6.8.2. Compete ainda ao fiscal administrativo verificar a regularidade fiscal e trabalhista da contratada, condição indispensável para a realização dos pagamentos, bem como a conformidade da documentação fiscal apresentada em relação ao fornecimento das cestas básicas.

6.8.3. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para adoção das providências cabíveis, quando ultrapassar sua competência, nos termos do art. 23, inciso IV, do Decreto nº 11.246/2022.

6.9. Gestor do Contrato

6.9.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, contendo todos os registros formais da execução contratual, tais como ordens de fornecimento, registros de ocorrências, substituições de produtos, eventuais atrasos e demais intercorrências, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações contratuais para atendimento da finalidade pública, nos termos do art. 21, inciso IV, do Decreto nº 11.246/2022.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais técnico e administrativo, relativos à execução do fornecimento das cestas básicas, bem como as medidas adotadas, informando à autoridade superior aquelas situações que ultrapassem sua competência, conforme art. 21, inciso II, do Decreto nº 11.246/2022.

6.9.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho e pagamento, registrando eventuais problemas que possam comprometer o fluxo normal da liquidação da despesa, especialmente quanto à qualidade dos produtos, prazos de entrega e regularidade documental, conforme art. 21, inciso III, do Decreto nº 11.246/2022.

6.9.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, com menção ao desempenho no fornecimento das cestas básicas, qualidade dos produtos, pontualidade nas entregas e eventuais penalidades aplicadas, devendo tais informações constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, nos termos do art. 21, inciso VIII, do Decreto nº 11.246/2022.

6.9.5. O gestor do contrato adotará as providências necessárias à formalização de processo administrativo de responsabilização, quando verificada infração contratual, para fins de aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, nos termos do art. 21, inciso X, do Decreto nº 11.246/2022.

6.9.6. Ao final da execução contratual, o gestor deverá elaborar relatório conclusivo contendo informações sobre o atendimento dos objetivos da contratação, especialmente quanto à efetividade da política pública de assistência social e à adequação do fornecimento das cestas básicas às necessidades da população atendida, conforme art. 21, inciso VI, do Decreto nº 11.246/2022.

6.9.7. O gestor do contrato encaminhará a documentação pertinente ao setor competente para formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, conforme os valores devidamente atestados pela fiscalização, nos termos do contrato.

6.9.7.1. **Responsável pela Demanda:** Adriana Cristina Souza Cardoso - Secretaria Municipal de Assistência Social – **E-mail:** socialcd@hotmail.com – **Telefone:** (37) 9 9825-1623

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, AFERIÇÃO E MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

7.1. As cestas básicas fornecidas serão recebidas provisoriamente no ato da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 140, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

7.2. O recebimento provisório será realizado por servidor(a) designado(a), mediante conferência quantitativa e qualitativa dos produtos, podendo ser formalizado por meio de atesto na Nota Fiscal ou documento equivalente.

7.3. Constatadas inconformidades, tais como produtos fora das especificações, com prazo de validade inadequado, embalagens violadas, avarias ou divergências de quantidade, o objeto será rejeitado total ou parcialmente, devendo a Contratada providenciar a substituição no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sem ônus adicional para a Administração.

7.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação detalhada do atendimento integral às exigências contratuais, nos termos do art. 140, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

7.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios aparentes ou ocultos, nem afasta a obrigação de garantir a qualidade, segurança alimentar e regularidade do fornecimento.

Aferição e Medição

7.6. A aferição do fornecimento será realizada com base na quantidade de cestas básicas efetivamente entregues, devidamente conferidas e atestadas pela fiscalização do contrato.

7.7. Somente serão considerados para fins de medição e pagamento os quantitativos previamente autorizados pela Administração, mediante Ordem de Fornecimento ou Nota de Autorização de Fornecimento – NAF.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG**

**Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais**

7.8. Não serão considerados para pagamento itens entregues em desconformidade com as especificações técnicas ou sem o devido atesto da fiscalização.

Liquidação e Pagamento

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, iniciar-se-á o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, podendo ser prorrogado mediante justificativa.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente verificará se a Nota Fiscal contém, no mínimo:

- a) identificação da Ata de Registro de Preços e da Ordem de Fornecimento;
- b) descrição detalhada do objeto fornecido (quantidade de cestas básicas);
- c) valores unitários e total;
- d) eventuais retenções tributárias aplicáveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou qualquer fato que impeça a liquidação, o prazo será suspenso até a regularização pela Contratada, sem ônus para a Administração.

7.12. A Nota Fiscal deverá estar acompanhada da comprovação da manutenção das condições de habilitação, especialmente regularidade fiscal e trabalhista, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.13. Constatada irregularidade, a Contratada será notificada para regularização, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.14. O pagamento somente será efetuado após o recebimento definitivo do objeto e atesto da execução pelo fiscal do contrato.

Prazo de Pagamento

7.15. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da legislação vigente.

Forma de Pagamento

7.16. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

7.17. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

7.18. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável.

7.19. Os percentuais de retenção observarão a legislação vigente, independentemente do informado na proposta.

7.20. A contratada optante pelo Simples Nacional não sofrerá retenção dos tributos abrangidos por esse regime, desde que comprove sua condição mediante documentação válida.

8. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1. Acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, por meio de servidor(a) ou comissão formalmente designada, verificando a conformidade das cestas básicas fornecidas com as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência, do edital e da Ata de Registro de Preços.

8.2. Proceder ao recebimento provisório e definitivo do objeto, observados os prazos e critérios estabelecidos neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo rejeitar, total ou parcialmente, o fornecimento quando constatada desconformidade quanto à qualidade dos produtos, validade, quantidade ou demais exigências contratuais, mediante justificativa formal.

8.3. Exigir o fiel cumprimento de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e no contrato ou instrumento equivalente, inclusive quanto às especificações dos gêneros alimentícios, prazos de entrega, condições de transporte e padrões de qualidade exigidos.

8.4. Comunicar formalmente à Contratada a ocorrência de falhas, vícios, irregularidades no fornecimento ou atraso na entrega das cestas básicas, fixando prazo razoável para a devida correção, substituição ou saneamento, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8.5. Efetuar o pagamento devido à empresa contratada após o recebimento definitivo do objeto e o ateste da Nota Fiscal/Fatura pelo fiscal do contrato, observados os prazos, condições e exigências estabelecidos neste Termo de Referência, no contrato e na Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

8.6. Fornecer à Contratada as informações necessárias para o fiel cumprimento do objeto, especialmente quanto aos locais de entrega, cronograma de fornecimento, quantidades solicitadas e orientações específicas quanto à montagem das cestas básicas, quando aplicável.

8.7. Assegurar condições adequadas para o recebimento e, quando necessário, armazenamento temporário das cestas básicas, observando condições de higiene, organização e segurança alimentar.

8.8. Exigir da Contratada a observância das normas sanitárias, de segurança alimentar e demais normas técnicas aplicáveis ao fornecimento de gêneros alimentícios, especialmente aquelas expedidas pelos órgãos de vigilância sanitária.

8.9. Aplicar as sanções administrativas cabíveis em caso de inexecução total ou parcial das obrigações contratuais, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRADA

9.1. Fornecer cestas básicas de forma parcelada, conforme demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social, em estrita conformidade com as especificações técnicas, quantidades, condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços e no contrato.

9.2. Garantir que os gêneros alimentícios que compõem as cestas básicas sejam de boa qualidade, próprios para consumo humano, dentro do prazo de validade e em conformidade com as normas sanitárias vigentes.

9.3. Cumprir rigorosamente os prazos de entrega, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento ou Nota de Autorização de Fornecimento – NAF, responsabilizando-se por eventuais atrasos decorrentes de falhas operacionais, logísticas ou administrativas.

9.4. Assegurar que os produtos estejam devidamente acondicionados, em embalagens íntegras, lacradas e sem sinais de violação, garantindo a segurança alimentar e a conservação dos itens.

9.5. Proceder, às suas expensas, à substituição imediata de produtos que apresentem vícios, avarias, deterioração, prazo de validade inadequado ou qualquer desconformidade com as especificações exigidas, no prazo fixado pela fiscalização.

9.6. Responsabilizar-se integralmente pelo transporte, carga, descarga e entrega das cestas básicas, garantindo que sejam adotadas condições adequadas para preservação da qualidade dos alimentos.

9.7. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, previdenciária e técnica exigidas no certame e na legislação vigente.

9.8. Arcar com todos os custos e encargos necessários ao fiel cumprimento do objeto, incluindo tributos, taxas, transporte, frete, seguros, mão de obra e demais despesas operacionais.

9.9. Fornecer, no ato da entrega, a documentação necessária, incluindo Nota Fiscal, Ordem de Fornecimento e, quando solicitado, relação detalhada dos itens que compõem cada cesta básica.

9.10. Comunicar formalmente à Administração qualquer fato superveniente que possa comprometer o cumprimento das obrigações contratuais, apresentando justificativa fundamentada e proposta de solução.

9.11. Responsabilizar-se pela qualidade, regularidade e segurança dos produtos fornecidos, respondendo por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução contratual.

9.12. Cumprir integralmente todas as demais obrigações previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital, na Ata de Registro de Preços, no contrato e nas normas técnicas e sanitárias aplicáveis ao fornecimento de gêneros alimentícios.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1 A seleção do fornecedor será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços, nos termos dos arts. 28, inciso I, e 82 da Lei nº 14.133/2021, considerando tratar-se de fornecimento de bem comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

10.2 O objeto da licitação consiste no Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas, compostas por gêneros alimentícios essenciais, destinadas ao atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social assistidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Córrego Danta/MG, conforme especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

10.3 O critério de julgamento adotado será o de menor preço por lote, considerando que os itens que compõem a cesta básica são interdependentes e devem ser fornecidos de forma conjunta, garantindo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

padronização, qualidade uniforme, eficiência logística e adequada execução contratual, assegurando-se a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

10.4 A contratação decorrente da Ata de Registro de Preços será formalizada mediante instrumento contratual ou instrumento equivalente, conforme o caso, observadas as condições, prazos, obrigações, responsabilidades e demais exigências estabelecidas no edital, neste Termo de Referência e na legislação vigente.

10.5 O fornecimento deverá ocorrer de forma parcelada, conforme demanda da Administração, mediante emissão de Ordem de Fornecimento, devendo a contratada assegurar capacidade operacional para atendimento regular e contínuo das solicitações, garantindo a qualidade dos produtos e o cumprimento dos prazos estabelecidos.

Exigências de Habilitação

10.6 Para fins de habilitação, os licitantes deverão comprovar o atendimento às exigências previstas na Lei nº 14.133/2021 e no edital, especialmente quanto à habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica compatível com o objeto.

10.7 A título de regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados, no mínimo:

10.7.1 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, inclusive os relativos à Seguridade Social.

10.7.2 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

10.7.3 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

10.7.4 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade econômica compatível com o objeto da contratação.

10.8 Quanto à qualificação técnica, será exigida comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto licitado, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de gêneros alimentícios ou cestas básicas.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de

11.2. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: **R\$ 119.370,00 (CENTO E DEZENOVE MIL E TREZENTOS E SETENTA REAIS).**

11.3. Conforme custos apostos na tabela abaixo.

ITEM	QUANT.	UNID	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR GLOBAL ESTIMADO
01		UNID	CESTA BÁSICA , com os seguintes itens e descrição a seguir: 02 PACOTES DE ARROZ LONGO FINO TIPO 1 , subgrupo: polido, classe: longo fino, constituído de grãos inteiros, com umidade permitida em lei, isento de sujidades, materiais	R\$ 198,95	R\$ 119.370,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

	200	<p>estranhos, parasitas e larvas, embalagem com 5 kg. Validade: mínimo 6 meses.</p> <p>01 PACOTE AÇÚCAR CRISTAL, sacarose de cana de açúcar, de 1ª qualidade, embalagem: plástica contendo 5 kg, validade: mínima de 6 meses a partir da data de embalamento.</p> <p>02 LATAS EXTRATO DE TOMATE, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 300 GRAMAS, extrato de tomate sem aromatizantes e corantes artificiais e sem conservadores. Embalagem: lata contendo NO MÍNIMO 300 gramas de extrato de tomate em perfeito estado, sem ferrugem, estufamento ou amassada. Validade: mínima de 12 meses a partir da data de embalamento.</p> <p>02 LITROS DE ÓLEO DE SOJA REFINADO, embalagem plástica com tampa, conteúdo líquido: 900ml, data de embalagem: não superior a 30 dias, validade mínima: 12 meses.</p> <p>02 PACOTES MACARRÃO ESPAGUETE, massa de sêmola com ovos, nº 8, embalagem: plástica contendo 500 g. Validade mínima: 12 meses.</p> <p>02 PACOTES MACARRÃO PICADO, massa de sêmola com ovos, embalagem: plástica contendo 500 g; Validade mínima: 12 meses.</p> <p>01 PACOTE DE FARINHA DE MANDIOCA, tipo: farinha de mandioca torrada tipo 1, grupo: seca, subgrupo: fina, classe: amarela, embalagem:</p>		
--	-----	---	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

			<p>de papel; pacote de 01 kg. Validade mínima: 12 meses.</p> <p>01 PACOTE DE SAL REFINADO, tipo: iodado e refinado, embalagem: pacote com 1 kg. Validade mínima: 12 meses.</p> <p>02 PACOTES FEIJÃO CARIOCA, tipo: 1, grupo: ano, classe: cores, pacote: 1 kg, isento de matéria terrosa, parasitas ou fungos, livre de umidade e fragmentos estranhos. o total de sujidade não deve ultrapassar 2% do peso total; Validade mínima: 06 meses.</p> <p>01 PACOTE DE CAFÉ, café em pó forte, torrado e moído de 1ª qualidade, tipo exportação, com selo de pureza ABIC, embalagem: em alumínio contendo 500 gramas, validade: no mínimo 12 meses.</p> <p>01 KG DE FUBÁ DE MILHO MIMOSO; Validade mínima: 06 meses.</p> <p>01 PACOTE DE BOLACHA, tipo maria, doce, com no mínimo 350 gramas; Validade mínima: 06 meses.</p> <p>01 PACOTE DE PAPEL HIGIÊNICO, pacote com 4 rolos de 30 metros em cada, folhas duplas e picotadas.</p> <p>04 UNIDADES DE SABONETE COM NO MÍNIMO 85 GRAMAS. Validade mínima: 12 meses.</p> <p>01 CREME DENTAL, 180 gramas. Validade mínima: 12 meses.</p> <p>01 PACOTE DE SABÃO EM</p>		
--	--	--	--	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

			BARRA , com 05 unidades, pacote com NO MÍNIMO 900 gramas.		
--	--	--	--	--	--

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Orçamento da Secretaria Municipal de Assistência social.

12.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações orçamentárias:

UNIDADE	DOTAÇÃO	ELEMENTO	FICHA	FONTE
02.13.01.	08.244.0026.2074	3.3.90.32.00	407	1.500 1.660 1.661

13. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

13.1 A Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Eletrônico terá vigência pelo prazo de até 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração.

13.2. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão vigência definida no respectivo instrumento contratual, observada a disponibilidade orçamentária e a necessidade administrativa, podendo ser prorrogados nas hipóteses previstas nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quando se tratar de fornecimento contínuo de gêneros alimentícios destinados à manutenção das ações da política pública de assistência social.

13.3. Durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, a Contratada deverá manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, bem como cumprir integralmente as disposições constantes do edital, deste Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços, do instrumento contratual e da legislação vigente.

13.4. Nos termos do art. 89 da Lei nº 14.133/2021, o contrato administrativo reger-se-á por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as normas de direito privado, especialmente no que se refere às condições de fornecimento das cestas básicas, prazos de entrega, pagamento, responsabilidades das partes e demais condições contratuais.

13.5. Conforme dispõe o art. 92 da Lei nº 14.133/2021, o contrato conterá obrigatoriamente cláusulas que estabeleçam, dentre outros aspectos, o objeto, o regime de execução, o prazo de vigência, o preço e as condições de pagamento, os direitos e responsabilidades das partes, as hipóteses de alteração e rescisão contratual, bem como as sanções administrativas aplicáveis.

14. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

14.1. O objeto da contratação consiste no Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas, destinadas ao atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social cadastradas no setor de assistência social do Município de Córrego Danta/MG, caracterizando-se como fornecimento de natureza contínua, com entregas realizadas de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração.

14.2. O parcelamento do objeto por itens que compõem as cestas básicas mostra-se técnica e economicamente viável, além de ampliar a competitividade do certame, permitindo a participação de maior número de fornecedores, inclusive aqueles que comercializam gêneros alimentícios específicos, em conformidade com o princípio do parcelamento previsto no art. 46 da Lei nº 14.133/2021.

14.3. A adoção do Sistema de Registro de Preços possibilita que as aquisições ocorram de forma fracionada, conforme a demanda efetiva da Secretaria Municipal de Assistência Social, evitando compras em quantidade superior à necessária, promovendo melhor controle de estoque, redução de desperdícios e



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

racionalização dos recursos públicos, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento.

14.4. Ressalta-se que o parcelamento não compromete a padronização e a qualidade das cestas básicas, uma vez que as especificações técnicas dos itens estarão claramente definidas neste Termo de Referência, garantindo a uniformidade dos produtos fornecidos.

14.5. Dessa forma, o parcelamento revela-se adequado, vantajoso e compatível com a natureza do objeto, não havendo prejuízo à economia de escala nem comprometimento da execução contratual, contribuindo para a ampliação da competitividade e para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O licitante ou a Contratada que cometer quaisquer das infrações previstas nos arts. 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções administrativas:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

15.2. Constituem infrações administrativas, dentre outras previstas na Lei nº 14.133/2021:

I – dar causa à inexecução parcial do contrato;

II – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III – dar causa à inexecução total do contrato;

IV – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para sua formalização, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

VIII – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII – praticar ato lesivo previsto na legislação aplicável.

15.3. No caso específico do Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas, poderão ser aplicadas sanções, especialmente, nas hipóteses de:

I – atraso injustificado na entrega das cestas básicas;

II – fornecimento de produtos em desacordo com as especificações técnicas, qualidade exigida ou normas sanitárias vigentes;

III – entrega de itens com prazo de validade inadequado, avariados, deteriorados ou impróprios para consumo;

IV – fornecimento em quantidade inferior ao solicitado ou em desacordo com a composição das cestas básicas definida neste Termo de Referência;

V – descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços ou do contrato;

VI – falhas no transporte e acondicionamento dos produtos que comprometam a qualidade e segurança alimentar.

15.4. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções e será fixada no edital e no contrato, observando-se os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

15.5. A aplicação das sanções administrativas observará o devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa, conforme disposto no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG
Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

15.6. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade observarão os prazos máximos previstos no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, conforme a gravidade da infração cometida.

15.7. A aplicação das penalidades não exclui a obrigação da Contratada de reparar integralmente os danos causados à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes da execução contratual.

Córrego Danta/MG, 27 de abril de 2026.

Adriana Cristina Souza Cardoso
Secretária Municipal de Assistência Social

Aprovado por:

Ednei Martins de Matos
Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG**

**Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais**

ANEXO II – APÊNDICE I ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**1. INTRODUÇÃO**

1.1. O Estudo Técnico Preliminar – ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação pública, destinado a caracterizar o interesse público envolvido, a necessidade administrativa identificada e a melhor solução para seu atendimento, servindo de base para a elaboração do Termo de Referência, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

1.2. O ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários possíveis para o atendimento da demanda registrada no Documento de Formalização da Demanda – DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica, econômica e administrativa das soluções identificadas, fornecendo subsídios suficientes para a tomada de decisão da Administração Pública e para o regular prosseguimento do respectivo processo de contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2. INFORMAÇÕES BÁSICAS

2.1. Município: Município de Córrego Danta/MG

2.2. Setor requisitante (Unidade/Setor/Departamento): Secretaria Municipal de Assistência Social

2.3. Responsável pela Demanda: Adriana Cristina Souza Cardoso

E-mail: socialcd@hotmail.com

Telefone: (37) 9 9825-1623

2.4. Necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas para atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social cadastradas no setor de assistência social do Município, conforme demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1. A presente demanda refere-se ao Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas, destinadas ao atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social cadastradas no setor de assistência social do Município de Córrego Danta/MG.

3.2. As cestas básicas constituem instrumento essencial de apoio à política pública de assistência social, sendo utilizadas para garantir o acesso a alimentos básicos às famílias em situação de risco social, insegurança alimentar e vulnerabilidade econômica, contribuindo para a promoção da dignidade humana e a redução das desigualdades sociais.

3.3. A aquisição das cestas básicas é necessária para assegurar o atendimento contínuo das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social, especialmente no suporte às famílias cadastradas em programas sociais e acompanhadas pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

3.4. Destaca-se que a contratação irá promover:

3.4.1. A garantia da segurança alimentar e nutricional das famílias em situação de vulnerabilidade social no Município.

3.4.2. A redução dos impactos sociais decorrentes da pobreza e da insegurança alimentar, prevenindo situações de risco social.

3.4.3. A melhoria na gestão dos recursos públicos, por meio da adoção do Sistema de Registro de Preços, permitindo aquisições conforme a demanda efetiva.

3.4.4. A continuidade e efetividade das ações da política pública de assistência social no âmbito municipal.

3.5. Motivação / Justificativa

3.5.1. A prestação eficiente das ações de assistência social depende diretamente da disponibilidade de recursos materiais que garantam o atendimento imediato das famílias em situação de vulnerabilidade, sendo as cestas básicas um dos principais instrumentos de enfrentamento à insegurança alimentar.

3.5.2. A contratação justifica-se pela necessidade de assegurar suporte alimentar às famílias cadastradas nos programas sociais do Município, contribuindo para a melhoria das condições de vida e o atendimento



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

às diretrizes da Política Nacional de Assistência Social – PNAS e da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993).

3.5.3. A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada em razão da natureza variável da demanda, considerando o aumento ou redução do número de famílias atendidas ao longo do exercício, em observância aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

4. ESTIMATIVA DA DEMANDA - QUANTIDADE DE BENS

ITEM	QUANT.	UNID	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR GLOBAL ESTIMADO
01	200	UNID	<p>CESTA BÁSICA, com os seguintes itens e descrição a seguir:</p> <p>02 PACOTES DE ARROZ LONGO FINO TIPO 1, subgrupo: polido, classe: longo fino, constituído de grãos inteiros, com umidade permitida em lei, isento de sujidades, materiais estranhos, parasitas e larvas, embalagem com 5 kg. Validade: mínimo 6 meses.</p> <p>01 PACOTE AÇÚCAR CRISTAL, sacarose de cana de açúcar, de 1ª qualidade, embalagem: plástica contendo 5 kg, validade: mínima de 6 meses a partir da data de embalamento.</p> <p>02 LATAS EXTRATO DE TOMATE, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 300 GRAMAS, extrato de tomate sem aromatizantes e corantes artificiais e sem conservadores. Embalagem: lata contendo NO MÍNIMO 300 gramas de extrato de tomate em perfeito estado, sem ferrugem, estufamento ou amassada. Validade: mínima de 12 meses a partir da data de embalamento.</p> <p>02 LITROS DE ÓLEO DE SOJA REFINADO, embalagem plástica com</p>	R\$ 198,95	R\$ 119.370,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

			<p>tampa, conteúdo líquido: 900ml, data de embalagem: não superior a 30 dias, validade mínima: 12 meses.</p> <p>02 PACOTES MACARRÃO ESPAGUETE, massa de sêmola com ovos, nº 8, embalagem: plástica contendo 500 g. Validade mínima: 12 meses.</p> <p>02 PACOTES MACARRÃO PICADO, massa de sêmola com ovos, embalagem: plástica contendo 500 g; Validade mínima: 12 meses.</p> <p>01 PACOTE DE FARINHA DE MANDIOCA, tipo: farinha de mandioca torrada tipo 1, grupo: seca, subgrupo: fina, classe: amarela, embalagem: de papel; pacote de 01 kg. Validade mínima: 12 meses.</p> <p>01 PACOTE DE SAL REFINADO, tipo: iodado e refinado, embalagem: pacote com 1 kg. Validade mínima: 12 meses.</p> <p>02 PACOTES FEIJÃO CARIOCA, tipo: 1, grupo: ano, classe: cores, pacote: 1 kg, isento de matéria terrosa, parasitas ou fungos, livre de umidade e fragmentos estranhos. o total de sujidade não deve ultrapassar 2% do peso total; Validade mínima: 06 meses.</p> <p>01 PACOTE DE CAFÉ, café em pó forte, torrado e moído de 1ª qualidade, tipo exportação, com selo de pureza ABIC, embalagem: em alumínio contendo 500 gramas, validade: no mínimo 12 meses.</p> <p>01 KG DE FUBÁ DE MILHO</p>		
--	--	--	--	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

			<p>MIMOSO; Validade mínima: 06 meses.</p> <p>01 PACOTE DE BOLACHA, tipo maria, doce, com no mínimo 350 gramas; Validade mínima: 06 meses.</p> <p>01 PACOTE DE PAPEL HIGIÊNICO, pacote com 4 rolos de 30 metros em cada, folhas duplas e picotadas.</p> <p>04 UNIDADES DE SABONETE COM NO MÍNIMO 85 GRAMAS. Validade mínima: 12 meses.</p> <p>01 CREME DENTAL, 180 gramas. Validade mínima: 12 meses.</p> <p>01 PACOTE DE SABÃO EM BARRA, com 05 unidades, pacote com NO MÍNIMO 900 gramas.</p>		
--	--	--	--	--	--

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 119.370,00 (CENTO E DEZENOVE MIL E TREZENTOS E SETENTA REAIS).

5. LEVANTAMENTO DE SOLUÇÕES

5.1. Conforme levantamento de mercado realizado e análise das alternativas disponíveis para atendimento da demanda identificada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, vislumbra-se as seguintes soluções possíveis para garantir o fornecimento de cestas básicas no âmbito da Administração Municipal:

5.1.1. Alternativas possíveis:

- a) Realização de contratações pontuais, por demanda imediata, sem utilização do Sistema de Registro de Preços;
- b) Realização de procedimento licitatório próprio, na modalidade Pregão Eletrônico, com utilização do Sistema de Registro de Preços;
- c) Adesão à Ata de Registro de Preços vigente de outro ente público que contemple objeto compatível.

5.2. Após a análise técnica, econômica e operacional das alternativas elencadas, conclui-se que a realização de procedimento licitatório próprio, na modalidade Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços, configura-se como a solução mais adequada, eficiente e vantajosa para o Município de Córrego Danta/MG, pelos seguintes fundamentos:

5.2.1. A realização de contratações pontuais, sem utilização do Sistema de Registro de Preços, mostra-se inadequada diante da natureza variável da demanda por cestas básicas, podendo ocasionar descontinuidade no atendimento às famílias, dificuldades no planejamento orçamentário e maior risco de desabastecimento.

5.2.2. A adesão à Ata de Registro de Preços de outro ente público, embora juridicamente possível, depende da existência de ata vigente com objeto e especificações compatíveis, além de disponibilidade de quantitativos e autorização do órgão gerenciador, o que pode limitar a autonomia administrativa e não atender plenamente às necessidades específicas do Município.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

5.2.3. A realização de Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços assegura maior competitividade, ampla participação de fornecedores, obtenção da proposta mais vantajosa, flexibilidade na aquisição conforme a demanda efetiva e melhor gestão dos recursos públicos, garantindo continuidade no atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social.

5.3. Dessa forma, considerando os aspectos técnicos, econômicos, operacionais e administrativos analisados, conclui-se que a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços, é a solução que melhor atende ao interesse público, garantindo continuidade, eficiência, economicidade e regularidade no fornecimento de cestas básicas, em consonância com os princípios do planejamento, eficiência e supremacia do interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.4. Formas de Contratação Analisadas e Opção Recomendada

5.4.1. Considerando a necessidade de garantir fornecimento contínuo e adequado de cestas básicas às famílias em situação de vulnerabilidade social, bem como os princípios do planejamento, eficiência, economicidade e celeridade administrativa, foram analisadas as seguintes formas de contratação previstas na Lei nº 14.133/2021:

a) Realização de procedimento licitatório próprio, na modalidade Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços;

b) Adesão à Ata de Registro de Preços já existente, celebrada por outro ente público.

5.4.2. A adesão à ata, embora possa representar alternativa mais célere, depende de disponibilidade de quantitativos, compatibilidade técnica do objeto e autorização do órgão gerenciador, podendo não atender de forma integral e específica às demandas do Município.

5.4.3. A realização de procedimento licitatório próprio, por sua vez, assegura maior autonomia administrativa, definição precisa das especificações dos itens que compõem as cestas básicas, melhor dimensionamento dos quantitativos estimados e maior adequação às necessidades locais da Secretaria Municipal de Assistência Social.

5.4.4. Ademais, a utilização do Sistema de Registro de Preços permite aquisições conforme a necessidade efetiva ao longo da vigência da ata, evitando tanto o desabastecimento quanto a formação de estoques excessivos, promovendo maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

5.4.5. Diante da análise realizada, conclui-se que a realização de Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços constitui a forma de contratação mais vantajosa e adequada para o atendimento da necessidade da Administração Municipal de Córrego Danta/MG, assegurando eficiência, economicidade, segurança jurídica e atendimento tempestivo ao interesse público.

6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. O objeto da contratação possui natureza de bem comum, uma vez que seus padrões de desempenho, qualidade e características podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

6.2. A contratação refere-se ao Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas, destinadas ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Córrego Danta/MG, conforme especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

6.3. Os gêneros alimentícios que compõem as cestas básicas deverão atender integralmente às normas sanitárias vigentes, especialmente aquelas expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), bem como às normas técnicas aplicáveis e às disposições da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), no que couber.

6.4. Os produtos deverão ser de boa qualidade, próprios para consumo humano, com prazos de validade adequados, devendo estar acondicionados em embalagens íntegras, lacradas e sem sinais de violação, garantindo a segurança alimentar e a conservação dos itens.

6.5. A contratação será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021, observadas as condições, limites e exigências legais aplicáveis.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

6.6. O fornecimento das cestas básicas deverá ocorrer de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, mediante emissão de Autorização de Fornecimento, devendo a empresa contratada garantir a continuidade do atendimento às famílias beneficiárias.

6.7. A composição das cestas básicas deverá obedecer rigorosamente às especificações técnicas definidas pela Administração, contemplando itens essenciais à alimentação básica, em quantidades e características previamente estabelecidas.

6.8. A entrega das cestas básicas deverá ocorrer em condições adequadas de transporte, armazenamento e manuseio, de modo a preservar a qualidade e integridade dos produtos até o momento da entrega.

6.9. A Contratada será responsável por todos os custos relacionados ao fornecimento, incluindo aquisição dos produtos, montagem das cestas, acondicionamento, transporte, carga e descarga, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e demais despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto, não sendo devido qualquer ônus adicional à Contratante.

6.10. O recebimento provisório ou definitivo dos produtos não exclui a responsabilidade da Contratada por eventuais vícios, defeitos, irregularidades ou desconformidades verificadas posteriormente, nos termos da legislação aplicável.

6.11. A Contratada deverá cumprir integralmente todas as obrigações previstas no edital, na ata de registro de preços e no instrumento contratual decorrente, assumindo inteira responsabilidade pelos riscos e despesas decorrentes da execução do objeto.

6.12. No ato da entrega, a Contratada deverá fornecer a documentação pertinente, incluindo Nota Fiscal, relação detalhada dos itens que compõem cada cesta básica e, quando solicitado, informações técnicas dos produtos fornecidos.

6.13. Não será admitida a substituição dos itens por outros diversos dos especificados, salvo mediante justificativa técnica formal, devidamente fundamentada e previamente aprovada pela fiscalização do contrato, desde que o produto substituto apresente qualidade equivalente ou superior.

6.14. A Contratada deverá prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, relacionados às características, armazenamento, transporte e manuseio dos gêneros alimentícios fornecidos.

6.15. Para fins de comprovação técnica, o fornecedor deverá apresentar, quando aplicável, licença sanitária vigente, alvará de funcionamento e demais documentos exigidos pela legislação, bem como catálogos, fichas técnicas ou descrição dos produtos compatíveis com as exigências estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar.

7. JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

7.1. A realização de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Cestas Básicas mostra-se necessária para atender, de forma adequada, contínua e eficiente, as demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Córrego Danta/MG, especialmente no atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social devidamente cadastradas nos programas assistenciais do Município.

7.2. A inexistência de fornecimento regular ou a insuficiência de itens alimentícios compromete diretamente a efetividade das políticas públicas de assistência social, podendo agravar situações de insegurança alimentar e vulnerabilidade socioeconômica. Dessa forma, a adoção de solução que assegure regularidade, previsibilidade, economicidade e eficiência no fornecimento revela-se imprescindível.

7.3. Considerando que a demanda por cestas básicas é variável, em razão de fatores como aumento de famílias cadastradas, situações emergenciais e demandas sazonais, optou-se pela adoção do Sistema de Registro de Preços, que permite aquisições parceladas conforme a necessidade efetiva da Administração, evitando tanto o desabastecimento quanto o acúmulo desnecessário de estoque.

7.4. A escolha da solução por meio de Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços fundamenta-se em critérios técnicos, econômicos e administrativos, uma vez que o objeto possui natureza de bem comum, com especificações padronizadas no mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, permitindo julgamento objetivo e ampla competitividade entre fornecedores.

7.5. O fornecimento de cestas básicas exige empresas com capacidade logística adequada para aquisição, armazenamento, montagem (quando aplicável) e entrega dos produtos alimentícios, garantindo qualidade, validade e condições adequadas de transporte, o que reforça a necessidade de seleção por meio de procedimento competitivo que assegure qualificação técnica e melhor proposta para a Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

7.6. A solução adotada contribui diretamente para a promoção da segurança alimentar das famílias atendidas, garantindo acesso regular a gêneros alimentícios essenciais, além de permitir maior controle e planejamento das ações assistenciais e dos recursos públicos.

7.7. A Contratada deverá assegurar a qualidade dos produtos fornecidos, observando rigorosamente as normas sanitárias vigentes, bem como responder por eventuais vícios, produtos impróprios para consumo, deteriorados ou em desacordo com as especificações técnicas, nos termos da legislação aplicável, inclusive o Código de Defesa do Consumidor.

7.8. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a empresa contratada deverá garantir regularidade no fornecimento, cumprimento dos prazos de entrega e substituição imediata de itens em desacordo, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

7.9. Para assegurar a observância dos princípios do planejamento, economicidade, eficiência e vantajosidade, foi realizada pesquisa de mercado junto a fornecedores do ramo alimentício, considerando empresas com atuação regular e capacidade comprovada de fornecimento.

7.10. As pesquisas de mercado foram obtidas por meio de cotações formais direta com fornecedores locais regionais, contemplando os valores unitários dos itens que compõem as cestas básicas, possibilitando a formação de estimativa de preços compatível com a realidade de mercado e adequada às necessidades da Administração.

7.11. A análise comparativa das propostas recebidas demonstrou variação de preços dentro dos padrões praticados no mercado regional, sendo adotado como valor estimado aquele que melhor representa a média de mercado, garantindo equilíbrio entre economicidade e viabilidade contratual, sem prejuízo da qualidade dos produtos.

7.12. A adoção do Registro de Preços permite maior flexibilidade na gestão contratual, possibilitando aquisições conforme a demanda efetiva, evitando desperdícios e assegurando o atendimento contínuo das famílias em situação de vulnerabilidade.

7.13. Diante do exposto, resta plenamente justificada a escolha da solução por meio de Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços, por atender de forma integral ao interesse público, garantir a efetividade das políticas de assistência social, assegurar economicidade, eficiência administrativa e adequada aplicação dos recursos públicos, em conformidade com os princípios e disposições da Lei nº 14.133/2021.

Fonte / Instrumento	Origem	Tipo de Referência	Objeto	Valor Total (R\$)	Análise Técnica e Econômica
Cotação 1 – ISRAEL E ISRAEL LTDA CNPJ DA EMPRESA: 23.407.794/0001- 08	Fornecedor especializado	Cotação formal de mercado	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas para atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social cadastradas no setor de assistência social do Município, conforme demanda da Secretaria Municipal de	R\$ 126.600,00	Proposta com valor mais elevado entre as cotações apresentadas, porém compatível com os preços praticados no mercado regional. A empresa demonstra capacidade técnica para o fornecimento, atendendo às exigências do objeto. Todavia, sob o aspecto econômico,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

			Assistência Social.		apresenta menor vantajosidade para a Administração.
Cotação 2 – MERCADO PADRÃO RR LTDA - ME– CNPJ nº 27.361.953/0001-31	Fornecedor especializado	Cotação formal de mercado	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas para atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social cadastradas no setor de assistência social do Município, conforme demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social.	R\$ 117.510,000	Proposta com valor intermediário, situada dentro da média de mercado apurada. Atende às exigências técnicas e apresenta viabilidade operacional para execução do objeto. Contudo, não representa a proposta mais econômica, ficando em posição intermediária quanto à vantajosidade.
Cotação 3 – TONACO SUPERMERCADO LTDA – CNPJ nº 14.041.579/0001-45	Fornecedor especializado	Cotação formal de mercado	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas para atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social cadastradas no setor de assistência social do Município, conforme demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social.	R\$ 114.000,00	Proposta com o menor valor entre as cotações analisadas, demonstrando compatibilidade com os preços praticados no mercado. A empresa apresenta condições técnicas adequadas para o fornecimento, atendendo às especificações do objeto. Mostra-se, portanto, a alternativa mais vantajosa sob os aspectos econômico e técnico, desde que mantido o



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

					atendimento integral às exigências do Termo de Referência.
--	--	--	--	--	--

8. DO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO DECORRENTE DE ASPECTOS TÉCNICOS

8.1. Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso para a Administração Pública, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa.

8.2. No caso da presente contratação, verifica-se que o objeto poderá ser organizado em itens distintos correspondentes aos gêneros alimentícios que compõem as cestas básicas, considerando que se tratam de produtos de naturezas diversas, porém tecnicamente individualizáveis, possibilitando a participação de maior número de fornecedores.

8.3. O parcelamento por itens mostra-se tecnicamente viável, uma vez que os produtos alimentícios (como arroz, feijão, óleo, açúcar, entre outros) podem ser fornecidos de forma independente, sem prejuízo da qualidade, padronização ou finalidade da política pública de assistência social.

8.4. A adoção do parcelamento por itens contribui para a ampliação da competitividade, permitindo que fornecedores de diferentes portes e especialidades participem do certame, favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa para cada item e, conseqüentemente, para o conjunto da contratação.

8.5. Ressalte-se que o parcelamento será realizado de forma tecnicamente adequada, assegurando a padronização mínima dos itens que compõem as cestas básicas, a qualidade dos produtos e a responsabilidade integral de cada fornecedor pelo item que lhe for adjudicado, não havendo comprometimento da execução contratual.

8.6. Dessa forma, justifica-se o parcelamento do objeto por itens, em atendimento aos princípios da eficiência, economicidade, competitividade e interesse público, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021.

9. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

9.1. Com a presente contratação, pretende-se assegurar a seleção da solução mais vantajosa para o Município de Córrego Danta/MG, considerando critérios técnicos, econômicos e administrativos, garantindo a adequada aplicação dos recursos públicos, a observância do princípio da isonomia entre os fornecedores e a obtenção de preços compatíveis com os praticados no mercado, evitando-se sobrepreço, preços inexequíveis ou risco de descontinuidade no fornecimento.

9.2. O Registro de Preços para aquisição de cestas básicas proporcionará maior segurança e continuidade no atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social, assegurando o acesso regular a itens essenciais de alimentação, conforme as demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social.

9.3. A contratação permitirá maior agilidade e previsibilidade na distribuição dos benefícios assistenciais, garantindo que as famílias cadastradas não sofram interrupções no recebimento das cestas básicas, contribuindo diretamente para a promoção da segurança alimentar e nutricional.

9.4. A adoção do Sistema de Registro de Preços possibilita aquisições conforme a necessidade efetiva da Administração, promovendo melhor planejamento orçamentário, controle de despesas e racionalização dos recursos públicos, evitando desperdícios e formação de estoques desnecessários.

9.5. A contratação de fornecedores qualificados assegura que os produtos alimentícios fornecidos atendam aos padrões de qualidade, validade e condições sanitárias exigidas, reduzindo riscos de fornecimento de itens impróprios para consumo ou em desacordo com as especificações técnicas.

9.6. A solução adotada contribui diretamente para o fortalecimento das políticas públicas de assistência social no Município, ampliando a capacidade de atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade e promovendo maior dignidade e qualidade de vida à população atendida.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

9.7. Ademais, a contratação promove ganhos em eficiência administrativa, economicidade, segurança jurídica e transparência, garantindo a adequada execução das ações assistenciais e o cumprimento dos princípios que regem a Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

10.1. Para a efetivação da contratação pretendida, fazem-se necessárias providências prévias de natureza técnica, administrativa e formal, considerando que o objeto — Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas para atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social cadastradas no setor de assistência social do Município — encontra-se devidamente caracterizado neste Estudo Técnico Preliminar, restando à Administração Municipal a adoção das medidas necessárias à formalização do procedimento licitatório e posterior celebração da Ata de Registro de Preços.

10.2. A fiscalização da execução contratual será exercida por servidor(a) formalmente designado(a) pela Administração Municipal, por meio de ato administrativo específico, competindo-lhe o acompanhamento do fornecimento das cestas básicas, da verificação da conformidade com as especificações técnicas, prazos de entrega, qualidade dos produtos e do registro de eventuais ocorrências durante a execução contratual.

10.3. A gestão da Ata de Registro de Preços ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Córrego Danta/MG, observadas as atribuições definidas em ato administrativo próprio, cabendo-lhe a coordenação, o acompanhamento e a supervisão da execução contratual.

10.4. Para que a contratação seja formalizada de maneira regular, eficiente e juridicamente segura, deverão ser adotadas, no mínimo, as seguintes providências administrativas:

- a) Elaboração do Termo de Referência contendo descrição detalhada do objeto, quantitativos estimados, especificações dos itens que compõem as cestas básicas, critérios de julgamento e condições de execução;
- b) Realização e juntada aos autos das pesquisas de mercado obtidas junto a fornecedores do ramo alimentício, a fim de subsidiar a estimativa do valor da contratação;
- c) Verificação e certificação da disponibilidade orçamentária e financeira, com a respectiva reserva de dotação, em conformidade com a Lei Orçamentária Anual vigente e com as normas aplicáveis à Secretaria Municipal de Assistência Social;
- d) Autorização formal da autoridade competente para abertura do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços;
- e) Elaboração da minuta do edital e da Ata de Registro de Preços, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021;
- f) Encaminhamento do processo para análise e emissão de parecer jurídico quanto à legalidade do procedimento licitatório e das minutas elaboradas;
- g) Atendimento às recomendações e apontamentos constantes no parecer jurídico, mediante adoção das providências e ajustes eventualmente indicados;
- h) Publicação do edital nos meios oficiais de divulgação, em atendimento aos princípios da publicidade e da transparência;
- i) Realização do certame licitatório, julgamento das propostas e habilitação do(s) vencedor(es);
- j) Homologação do resultado e formalização da Ata de Registro de Preços;
- k) Designação formal de gestor e fiscal da ata;
- l) Emissão das Autorizações de Fornecimento conforme a necessidade da Administração, durante a vigência da ata;
- m) Acompanhamento da execução contratual, com fiscalização do fornecimento das cestas básicas, verificação da qualidade dos produtos, prazos de entrega e adoção dos demais atos necessários até a conclusão da vigência da ata.

10.5. O cumprimento integral das providências acima elencadas assegura a regularidade do procedimento, a segurança jurídica da contratação, a adequada aplicação dos recursos públicos e a observância dos princípios da legalidade, eficiência, planejamento, economicidade, transparência e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

11.1. O presente Estudo Técnico Preliminar não identificou a necessidade de realização de contratações acessórias, complementares ou interdependentes para a perfeita execução do objeto, uma vez que a aquisição de cestas básicas abrange todos os elementos necessários ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social.

11.2. Os serviços de aquisição, armazenamento, montagem (quando aplicável), transporte e entrega das cestas básicas constituem obrigações próprias da futura contratada, já contempladas no escopo da contratação, não demandando a celebração de contratos paralelos ou complementares.

11.3. Eventuais atividades administrativas internas, como controle de estoque, organização da distribuição, cadastramento das famílias beneficiárias e fiscalização contratual, integram as atribuições ordinárias da Secretaria Municipal de Assistência Social, não configurando contratações correlatas ou interdependentes.

12. MATRIZ DE RISCOS

12.1. A presente Matriz de Riscos tem por finalidade identificar, avaliar e estabelecer estratégias de mitigação para os principais eventos que possam comprometer a execução da contratação destinada ao Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Córrego Danta/MG.

12.2. O instrumento encontra-se alinhado aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade, continuidade das ações assistenciais e adequada gestão contratual, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

Nº	Evento de Risco	Categoria	Probabilidade	Impacto	Plano de Mitigação	Responsável
1	Atraso na entrega das cestas básicas	Execução contratual	Média	Alta	Previsão contratual de prazos e penalidades; acompanhamento sistemático das entregas; aplicação de sanções em caso de atraso	Contratada / Gestor da Ata
2	Desabastecimento ou interrupção no fornecimento	Operacional	Baixa	Alta	Planejamento da demanda; utilização do Sistema de Registro de Preços; monitoramento contínuo do consumo	Administração / Fiscal
3	Fornecimento de produtos em desconformidade com padrões de qualidade	Técnica/Sanitária	Baixa	Alta	Exigência de produtos dentro do prazo de validade e em conformidade com normas sanitárias; conferência no recebimento	Fiscal do Contrato
4	Entrega de produtos	Logística/Sanitária	Média	Alta	Exigência de transporte	Contratada / Fiscal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

	avariados ou deteriorados				adequado e embalagens íntegras; substituição imediata dos itens rejeitados	
5	Demora na substituição de produtos rejeitados	Operacional	Média	Alta	Estabelecimento de prazo máximo para substituição; aplicação de penalidades em caso de descumprimento	Contratada / Fiscal
6	Descumprimento das condições contratuais pela contratada	Contratual	Baixa	Alta	Aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e na Ata de Registro de Preços	Administração
7	Variação excessiva de preços de mercado durante a vigência da ata	Econômico	Média	Média	Previsão de reequilíbrio econômico-financeiro, mediante comprovação formal, conforme legislação	Administração / Contratada
8	Falhas na fiscalização da execução contratual	Gestão contratual	Baixa	Alta	Designação formal de fiscal e gestor; registro e acompanhamento das ocorrências	Administração
9	Problemas no transporte e armazenamento dos alimentos	Logística	Média	Média	Exigência de condições adequadas de transporte e armazenamento; fiscalização no recebimento	Contratada / Fiscal
10	Insuficiência orçamentária para atendimento da demanda	Orçamentário	Baixa	Média	Planejamento prévio; controle das autorizações de fornecimento; acompanhamento da execução orçamentária	Administração

12.3. A gestão de riscos constitui instrumento essencial para assegurar a regularidade, a eficiência e a qualidade da contratação pública, especialmente em contratações voltadas ao atendimento de demandas sociais, como o fornecimento de cestas básicas destinadas às famílias em situação de vulnerabilidade social.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

12.4. Recomenda-se que a presente Matriz de Riscos seja acompanhada e, se necessário, revisada durante a vigência da Ata de Registro de Preços, de modo a refletir a dinâmica da execução contratual e possibilitar a adoção tempestiva de medidas preventivas e corretivas, assegurando maior segurança jurídica, continuidade no atendimento às famílias beneficiárias e eficiência administrativa.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. O Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas, por se tratar do fornecimento de gêneros alimentícios, não gera impactos ambientais diretos relevantes no âmbito da execução contratual, desde que observadas as normas sanitárias, de acondicionamento e transporte dos produtos.

13.2. Eventuais impactos ambientais indiretos podem decorrer das etapas de produção, embalagem, armazenamento e transporte dos alimentos, sendo de responsabilidade da empresa contratada observar integralmente a legislação ambiental vigente, bem como adotar boas práticas de sustentabilidade.

13.3. A contratada deverá assegurar que os produtos sejam devidamente acondicionados, transportados e entregues em condições adequadas de conservação, evitando desperdícios, perdas e descarte inadequado de alimentos, em conformidade com as normas sanitárias e ambientais aplicáveis.

13.4. Recomenda-se que a empresa contratada utilize, sempre que possível, embalagens adequadas, seguras e com menor impacto ambiental, bem como adote práticas que reduzam a geração de resíduos durante a execução contratual.

13.5. Caberá à fiscalização da contratação acompanhar o cumprimento das boas práticas ambientais, incentivando o consumo consciente, a correta armazenagem dos produtos e a destinação adequada de resíduos, contribuindo para a sustentabilidade na execução da política pública de assistência social.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

14.1 Com base nas justificativas, análises técnicas, econômicas e administrativas constantes neste Estudo Técnico Preliminar, bem como na realização de pesquisa de mercado junto a fornecedores do ramo alimentício e na existência de previsão orçamentária suficiente para subsidiar a contratação, declara-se viável o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas, destinado ao atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social cadastradas no setor de assistência social do Município de Córrego Danta/MG.

14.2. A solução adotada, por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços, mostra-se adequada, vantajosa e compatível com os padrões de mercado, atendendo plenamente ao interesse público, garantindo a continuidade do atendimento às famílias beneficiárias, segurança alimentar, economicidade e eficiência administrativa, em conformidade com os princípios e disposições da Lei nº 14.133/2021.

Córrego Danta/MG, 27 de abril de 2026.

Adriana Cristina Souza Cardoso

Secretária Municipal de Assistência Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

ANEXO III – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0020/2.026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2026

O Município de Córrego Danta/MG, com sede na Avenida Francisco Campos, nº 27, Centro, CÓRREGO DANTA – MG, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 18.298.174/0001-48, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o senhor Ednei Martins de Matos, portador do CPF nº 697.129.306-10, documento de identidade nº MG – 6.479.788 SSP/MG, brasileiro, solteiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 004/2026, publicada no de/202....., processo administrativo n.º 020/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 860/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.2. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas, destinadas ao atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social cadastradas junto à Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Córrego Danta/MG.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem registradas no início desta Ata de Registro de Preços.

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2.4.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.2. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Administração.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.2.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.2.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG**

**Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais**

4.3. *A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.*

4.3.1. *O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.*

4.4. *Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*

4.5. *O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*

4.6. *O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrados observados os requisitos do item 4.1.*

Dos limites para as adesões

4.7. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*

4.8. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. *É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.*

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.2. *A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.*

5.2.1. *O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.*

5.2.2. *Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.*

5.3. *A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.*

5.3.1. *O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.*

5.4. *Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.*

5.5. *Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:*

5.6. *O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.*

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

5.7. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.8. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.8.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

5.8.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.9. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.10. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.10.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.11. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.12. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.13. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.13.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.13.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.14. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG**

**Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais**

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Córrego Danta/MG, xx de abril de 2.026.

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

ANEXO IV– DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 **Habilitação jurídica:**

- 1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 **Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

- 2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *estadual e/ou municipal*, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.6 Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual e/ou Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

3 **Qualificação Econômico-Financeira:**

- 3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

4 **Qualificação Técnica**

- 4.1 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto licitado, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de gêneros alimentícios ou cestas básicas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2026

À
Prefeitura Municipal de Córrego Danta/MG
Setor de Licitações

1. DADOS DA EMPRESA

Razão Social:
CNPJ:
Endereço:
Cidade/UF:
CEP:
Telefone:
E-mail:

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome Completo:
CPF:
RG:
Cargo/Função:

3. OBJETO DA PROPOSTA

Registro de Preços para futura e eventual aquisição de **cestas básicas**, destinadas ao atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social do Município de Córrego Danta/MG, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

ITEM	PRODUTO	SUB ITEM	ITENS COMPONENTES	UNID	QUANT ITEM	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL	R\$ CESTA	QUANT CESTAS	R\$ TOTAL
1	CESTA BÁSICA, COMPOSTA PELOS SEGUINTE ITENS:	1.1	ARROZ LONGO FINO TIPO 1, subgrupo: polido, classe: longo fino, constituído de grãos inteiros, com umidade permitida em lei, isento de sujidades, materiais estranhos, parasitas e larvas, embalagem com 5 kg. Validade: mínimo 6 meses.	PCT	2		R\$	R\$	R\$	200	R\$
		1.2	AÇÚCAR CRISTAL, sacarose de cana de açúcar, de 1ª qualidade, embalagem: plástica contendo 5 kg, validade: mínima de 6 meses a partir da data de embalagem.	PCT	1		R\$	R\$			
		1.3	EXTRATO DE TOMATE, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 300 GRAMAS, extrato de tomate sem aromatizantes e corantes artificiais e sem conservadores. Embalagem: lata contendo NO MÍNIMO 300 gramas de extrato de tomate em perfeito estado, sem	UNI	2		R\$	R\$			



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

			ferrugem, estufamento ou amassada. Validade: mínima de 12 meses a partir da data de embalagem.									
	1.4		ÓLEO DE SOJA REFINADO, embalagem plástica com tampa, conteúdo líquido: 900ml, data de embalagem: não superior a 30 dias, validade mínima: 12 meses.	UNI	2			R\$	R\$			
	1.5		MACARRÃO ESPAGUETE, massa de sêmola com ovos, nº 8, embalagem: plástica contendo 500 g. Validade mínima: 12 meses.	PCT	2			R\$	R\$			
	1.6		MACARRÃO PICADO, massa de sêmola com ovos, embalagem: plástica contendo 500 g; Validade mínima: 12 meses.	PCT	2			R\$	R\$			
	1.7		FARINHA DE MANDIOCA, tipo: farinha de mandioca torrada tipo 1, grupo: seca, subgrupo: fina, classe: amarela, embalagem: de papel; pacote de 01 kg. Validade mínima: 12 meses.	PCT	1			R\$	R\$			
	1.8		SAL REFINADO, tipo: iodado e refinado, embalagem: pacote com 1 kg. Validade mínima: 12 meses.	PCT	1			R\$	R\$			
	1.9		FEIJÃO CARIOCA, tipo: 1, grupo: ano, classe: cores, pacote: 1 kg, isento de matéria terrosa, parasitas ou fungos, livre de umidade e fragmentos estranhos. o total de sujidade não deve ultrapassar 2% do peso total; Validade mínima: 06 meses.	PCT	2			R\$	R\$			
	1.10		CAFÉ, café em pó forte, torrado e moído de 1ª qualidade, tipo exportação, com selo de pureza ABIC, embalagem: em alumínio contendo 500 gramas, validade: no mínimo 12 meses.	PCT	1			R\$	R\$			
	1.11		FUBÁ DE MILHO MIMOSO; Validade mínima: 06 meses. PCT 1KG	PCT	1			R\$	R\$			
	1.12		BOLACHA, tipo maria, doce, com no mínimo 350 gramas; Validade mínima: 06 meses.	PCT	1			R\$	R\$			
	1.13		PAPEL HIGIÊNICO, pacote com 4 rolos de 30 metros em cada, folhas duplas e picotadas.	PCT	1			R\$	R\$			
	1.14		SABONETE COM NO MÍNIMO 85 GRAMAS. Validade mínima: 12 meses.	UNI	4			R\$	R\$			
	1.15		CREME DENTAL, 180 gramas. Validade mínima: 12 meses.	UNI	1			R\$	R\$			
	1.16		SABÃO EM BARRA, com 05 unidades, pacote com NO MÍNIMO 900 gramas.	PCT	1			R\$	R\$			



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

VALOR TOTAL GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ (valor por extenso).

5. DECLARAÇÕES

Declaramos que:

- a) Nos preços propostos estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, tais como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, transporte, embalagem, carga e descarga e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto;
- b) Os produtos ofertados atendem integralmente às especificações técnicas constantes no Termo de Referência;
- c) Os gêneros alimentícios serão fornecidos dentro do prazo de validade adequado, em perfeitas condições de consumo e em conformidade com as normas sanitárias vigentes;
- d) Comprometemo-nos a realizar a entrega conforme as condições estabelecidas no edital e seus anexos;
- e) A proposta apresentada possui validade mínima de **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação;
- f) Estamos cientes e de acordo com todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos.

6. PRAZO DE ENTREGA

O fornecimento será realizado conforme demanda da Administração, no prazo máximo de _____ dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7. DADOS BANCÁRIOS

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

LOCAL E DATA

ASSINATURA

Nome do Representante Legal
CPF: